

POLÍTICAS ECONÔMICAS E REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

CÍCERO LUCIANO FERREIRA DE CASTRO, CÍCERO LUCIANO FERREIRA DE CASTRO

IntroduçãoA macroorganização do espaço é formada pelas ações do Estado em conjunto com as atividades do circuito moderno. Dentro desse panorama, há forte tendência para concentração com efeitos acumulativos, (SANTOS, 2004). De acordo com uma economia globalizada o Estado se vê obrigado a acompanhar a modernização.Vinculado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento do Ceará a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) é composta por uma presidência e quatro diretorias: Diretoria de Atração de Investimentos, Diretoria de Agronegócio, Diretoria de Infraestrutura e Diretoria de Desenvolvimento Setorial.A Diretoria de Infraestrutura norteada por uma nova perspectiva de desenvolvimento econômico concentra suas ações na logística internacional, infraestrutura, energia renovável, gerenciamento hídrico, incentivos tributários e financeiros e oportunidades de agronegócios competitivos.A construção do Cinturão Digital do Ceará tem uma extensão de 2.400 km garantindo a 82% da população cearense a entrega do sinal de banda larga da internet. No período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2014) a circulação de mercadorias, dinheiro, pessoas e informação são fatores essenciais da acumulação, provocando uma nova relação entre as distâncias dos lugares (ELIAS, 2003), possibilitando a configuração de uma rede de comercialização.Sobre a infraestrutura de energia, o Ceará tem 84 % da zona rural abastecida com energia elétrica, de acordo com os dados ADECE 2012. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), empresa do grupo Eletrobrás, possui 14 subestações no Ceará e a Companhia Elétrica do Ceará (COELCE), 100 subestações. Juntas totalizam 114 subestações de energia oriundas de hidrelétricas. Há também investimentos em energias renováveis ao longo da faixa litorânea, onde estão instaladas 17 usinas eólicas e o projeto de construção de uma usina de geração de energia maremotriz. (ADECE, 2012)Nesse processo a ADECE torna-se o órgão viabilizador dessa melhoria da infraestrutura no Estado do Ceará. No percurso, ao alcançar seus objetivos, pode gerar exclusão socioeconômica caracterizada pelo desemprego/desocupação, a exemplo do setor agroindustrial de Ribeirão Preto observado por Rossini (2016).ObjetivoCom o objetivo de compreender produção do espaço pautado nas dinâmicas territoriais desenvolvidas pelas políticas econômicas do Estado do Ceará, fez-se necessário o recorte espacial de 10 anos, 2006 - 2016, além de destacar as ações transformadoras do espaço materializadas pela ADECEMetodologiaA pesquisa foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico, seguido de levantamento documental, no qual constam leis que legitima a institucionalização da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - ADECE, bem como a implementação dos planos de desenvolvimento econômico em parceria com a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará. Os dados do IBGE sobre a população (residente nas cidades localizadas na Bacia do Salgado) e o Plano de Gerenciamento das Águas da Bacia do Salgado, elaborados pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH, no Estado do Ceará foram muito importantes para contemplação maior do fenômeno.Para tabulação dos dados, bem como a elaboração de gráficos foi usado o software Microsoft® Excel®, para elaboração dos mapas optou-se pela utilização do Atlas Eletrônico disponível no site da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.A base de dados que vão compor os gráficos sobre o gerenciamento hídrico foram encontrados no site da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH e da Fundação Cearense de Meteorologia e Recurso Hídricos - FUNCEME.ResultadosO Decreto N° 29.183, de 08 de fevereiro de 2008, que consolida e regulamenta a legislação do Fundo de Investimento Industrial do Ceará (FDI), publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) sete dias depois, precisamente no dia 15 do mesmo mês e ano. Dá fundamento legal às políticas de incentivos fiscais no Ceará.Logo no Capítulo I no Artigo 2° podemos perceber o objetivo pertinente à criação do Fundo de Investimento Industrial do Ceará (FDI). Centrados em atração de investimento, disponibilização de infraestrutura, apoio e treinamento e/ou capacitação de mão-de-obra qualificada.Sobre as origens dos recursos financeiros necessários para aplicação do plano de desenvolvimento econômico, sua fundamentação repousa no Capítulo II Artigos 5° e 6°. O Fundo de Investimento Industrial do Ceará (FDI) reterá 3% dos recursos destinados às empresas contempladas com recursos financeiros. A Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) recebera 1%, o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Ceará (FIT) recebera 1,5% e o Fundo de Investimento Industrial do Ceará (FDI) ficara com 0,5%.Empresas que optam pelo Simples Nacional, Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, fundamentadas na Lei Complementar N° 123/06, não

poderão usufruir dos benefícios previstos no Decreto N° 29.183/08, por serem mencionadas no Capítulo III desse decreto. As políticas de incentivos fiscais do Ceará oferecem no máximo até 75% de isenção de ICMS com prazo do benefício de 5 a 10 anos podendo ser renovado e carência de 36 meses. Para receber o benefício as empresas têm que apresentar dos documentos citados no Capítulo 6º, Artigo 26: Certidão Negativa de Débito Estadual (CNDE) da sociedade empresária e de seus representantes legais, Declaração de Informações Econômico-Fiscal (DIEF), Documento de Arrecadação Estadual (DAE) autenticado relativo ao período imediatamente anterior e Quadro Demonstrativo da Produção Física. Na aquisição de máquinas, equipamentos e peças metálicas para compor o ativo permanente da empresa, adquiridos no exterior ou em outros estados ocorre um diferenciamento na tributação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) além da isenção total de impostos para aquisição no exterior de matéria-prima e insumos para utilização no processo industrial. No desenvolvimento econômico do Estado do Ceará regulamentado pelo Decreto N° 29.183/08 há transformação do espaço urbano e rural, através de investimentos na indústria e no agronegócio empresarial. Como coloca Rossini a agricultura passou a desempenhar um papel importante na dinâmica da economia: Embora subordinada gradativamente à indústria: “Essa subordinação que nada mais é do que um processo de submissão ao capital” (ROSSINI, 2017, p.135). Logo, se o investimento empresarial será no setor primário ou secundário da economia, essa escolha ficará por conta do empresário, ficando para o Estado do Ceará a tarefa de fomentar investimentos financeiros, seja por meio de incentivos fiscais ou da melhoria na infraestrutura, garantindo eficiência energética e hídrica. O Estado do Ceará possui seis polos de agricultura irrigada (ver figura 1): Polo Ibiapaba, Polo Baixo Acaraú, Polo Metropolitano, Polo Baixo Jaguaribe, Polo Centro Sul e Polo Cariri. O gerenciamento hídrico no estado do Ceará conta com a estrutura hídrica de 18 bilhões de metros cúbicos, distribuídos em 11 bacias hidrográficas e 500 açudes, o que segundo a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) garante eficiência econômica na irrigação. O planejamento hídrico do Ceará estende-se até o ano de 2020 e prevê a integração da infraestrutura hídrica, interligando o Canal do Trabalhador ao Açude Castanhão e à transposição do Rio São Francisco. Segundo dados da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE o objetivo da Gerência Hídrica é em dez anos tornar o Ceará referência na agricultura irrigada colocando o Estado no mapa das exportações de frutas e flores, além de melhorar a estabilidade da renda agrícola nos anos de seca. Dos 87.000 ha (hectares) irrigados 38.000 ha são de frutas, 8.000 ha com hortaliças e flores, 34.000 ha arroz, feijão, cana, etc e 7.000 ha com capim irrigado. De acordo com o levantamento feito pela Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, a população que reside nos 23 municípios localizados na Bacia do Salgado (ver mapa nº 01) é de aproximadamente 914.000 habitantes ocupando uma área total de 13.000 Km². Formada por 15% de terras sedimentares possui quase 1.800 poços cadastrados e dispõe de um número superior a 250 fontes. A capacidade de armazenamento de água da Bacia do Salgado é de 488,1 ha/m³, sendo que o volume real armazenado até julho de 2016 é de 63,31 ha/m³ o que representa 12,97% da capacidade. É de chamar atenção o caso do açude Manoel Balbino no município de Juazeiro do Norte, que segundo dados COGERH/FUCEME, 2016, encontra-se com 6,2% da sua capacidade de armazenamento (ver gráfico nº 01). Essa situação agrava-se mais devido ao fato do município de Juazeiro do Norte receber grandes romarias três vezes ao ano. Essa situação faz com que a população de 249.939 habitantes segundo censo do IBGE de 2010, chegue a dobrar nesse período. O gráfico nº 02 mostra o volume de precipitação nos últimos 10 anos na Bacia do Salgado e como pode ser observado o desvio padrão evidencia para uma queda abaixo do índice normal estipulado pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, que é de 879,4 mm na região da Bacia do Salgado (FUNCEME, 2016). Desde os últimos quatro anos que chove abaixo do índice normal, lembrando que a população residente nessa bacia é de aproximadamente 914.000 habitantes espalhados em 3 municípios que ocupam uma área total de 13.000 Km². Em conformidade com os dados do Comitê da Bacia Hidrográfica do Salgado o uso dos recursos hídricos dessa bacia é destinado ao abastecimento humano, através de poços, açudes, fontes e cisternas. A água é utilizada no lazer de clubes e bares com bica. Indústrias de alimentos, calçados, ourivesaria, couros e extração mineral também fazem uso da água. A Recepção de esgotos domésticos e industriais. Agricultura com a irrigação de frutas, capim, cana de açúcar e cultura de subsistência. Esse último é o mais preocupante por causa do uso de fertilizantes e agrotóxicos bem como das queimadas. Os dois primeiros contaminam o lençol freático e o último degrada o solo favorecendo o acentuamento na evaporação ao invés da infiltração das águas pluviais. Em face aos dados expostos o Governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo estratégias para solucionar o problema da escassez de água, principalmente nas regiões susceptíveis à desertificação. O plano de desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, elaborado pela Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE), através da Diretoria de Infraestrutura objetiva, a autonomia hídrica do Estado, uma meta importante a ser alcançada. As obras de transposição das águas do Rio São Francisco, sob a responsabilidade do Governo Federal e o Cinturão das Águas do Ceará, obra que dispõe

de recursos Estaduais e Federais através do Ministério da Integração torna-se a solução apontada pelo Governo do Estado para sanar o problema da escassez de água e tentar criar atrativos para empresários que queiram investir na indústria e no agronegócio. O Cinturão das Águas do Ceará é fruto de planejamento da gestão hídrica do Estado, de iniciativa da Secretaria de Recursos Hídricos, objetivando resolver o problema da escassez de água nas regiões susceptíveis à desertificação. conforme aponta a figura nº 01. As políticas desenvolvidas pelo governo de Cid Gomes, no estado do Ceará, nos dois mandatos (2006 - 2010 e 2011 - 2015) priorizaram reformas na infraestrutura do estado, melhorando as principais rodovias, asphaltando novos trechos, interligando municípios com o sistema de transportes que, aliados à Ferrovia Transnordestina vão facilitar o fluxo de mercadorias para Fortaleza. Conclusão A Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) vem desenvolvendo estratégias para o desenvolvimento econômico nos segmentos da indústria, do comércio, de serviço, do agronegócio empresarial, da mineração e de energia. Com o objetivo de atrair e/ou incentivar novos negócios e investimentos, gerando condições para a competitividade dos setores econômicos do Estado do Ceará, no mercado nacional e/ou internacional, o governo vem priorizando o setor empresarial, através de incentivos fiscais e melhoria da infraestrutura de estradas, abastecimento de água, transmissão de energia e sinal de internet. No Estado do Ceará a promoção da monocultura de frutas irrigadas nos Polos Agrícolas aliados à processo de desapropriação de terras para construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) vem ocasionando exclusão socioeconômica. Uma possível solução para que o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará aconteça sem promover uma exclusão socioeconômica, reside na atenção ao pequeno produtor, através de leis de incentivo fiscal, melhores condições de financiamento, consultoria técnica gratuita. Só assim o Estado do Ceará promoverá o desenvolvimento econômico para todas as classes sociais, gerando emprego e renda.

PALAVRAS-CHAVE: POLÍTICA. EXCLUSÃO SOCIOECONÔMICA. DESENVOLVIMENTO.

ÁREA TEMÁTICA: GEOCIÊNCIAS

FORMA DE APRESENTAÇÃO: ORAL